REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

INCLUSÃO LABORAL DA PESSOA SURDA: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

LABOR INCLUSION OF DEAF PEOPLE: INTERFACES BETWEEN EDUCATION AND WORK

INCLUSIÓN LABORAL DE PERSONAS SORDAS: INTERFACES ENTRE EDUCACIÓN Y TRABAJO

Josiane Coelho Reis
Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: josianecoelhoreis@gmail.com

Thelma Helena Costa Chahini
Doutora em Educação, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: thelmachahini@hotmail.com

Resumo

Muitas discussões têm trazido à baila a questão da Educação Especial/Inclusiva como um fator essencial às pessoas com deficiência. Todavia, após esse período de suas vidas o que estes atores sociais farão? Viverão da caridade alheia ou Estatal? Pensa-se que a inserção no mercado de trabalho é também determinante para que possam ter autonomia e mais independência. Sendo assim, esta pesquisa apresenta o cenário da inclusão laboral de pessoas surdas, buscando entender a relação educação/trabalho. O objetivo primário deste artigo é compreender a proporção de influência do processo educacional sobre a inclusão do surdo no mercado de trabalho formal em São Luís/MA. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas na cidade de São Luís/MA, com quatro participantes surdos, vinculados formalmente em esferas federais e empresas privadas, nas seguintes instituições públicas federais: a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e duas empresas privadas do ramo de comércio varejista. Os resultados mostraram que a educação influencia fortemente na inclusão do surdo no mercado de trabalho em São Luís. Logo, o acesso à educação superior é um grande passo para pleitear vagas em cargos públicos, com melhores salários, enquanto um processo interrompido no ensino médio poderá permitir empregos mais exaustivos em empresas privadas que contratam as pessoas surdas apenas para cumprir o que preconiza a lei de cotas.

Palavras-chave: surdos; educação; trabalho; inclusão laboral.

Abstract

Many discussions have brought to the forefront the issue of Special/Inclusive Education as an essential factor for people with disabilities. However, after this period of their lives, what will these social actors do? Will they live on the charity of others or the State? It is thought that insertion into

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

the labor market is also crucial for them to have autonomy and greater independence. Therefore, this research presents the scenario of labor inclusion of deaf people, seeking to understand the education/work relationship. The primary objective of this article is to understand the proportion of influence of the educational process on the inclusion of deaf people in the formal labor market in São Luís/MA. Data were collected through semi-structured interviews in the city of São Luís/MA, with four deaf participants formally linked to federal spheres and private companies, in the following federal public institutions: the Federal University of Maranhão (UFMA) and the National Institute of Social Security (INSS), and two private companies in the retail sector. The results showed that education strongly influences the inclusion of deaf people in the job market in São Luís. Therefore, access to higher education is a major step towards applying for public sector jobs with better salaries, while an interrupted process in high school may lead to more exhausting jobs in private companies that hire deaf people only to comply with the quota law.
Keywords: Deaf people; education; work; labor inclusion.

Resumen

Numerosos debates han puesto de relieve la cuestión de la Educación Especial/Inclusiva como factor esencial para las personas con discapacidad. Sin embargo, tras este período de sus vidas, ¿qué harán estos actores sociales? ¿Vivirán de la caridad ajena o del Estado? Se considera que la inserción laboral también es crucial para su autonomía y mayor independencia. Por ello, esta investigación presenta el escenario de la inclusión laboral de las personas sordas, buscando comprender la relación educación/trabajo. El objetivo principal de este artículo es comprender la influencia del proceso educativo en la inclusión de las personas sordas en el mercado laboral formal en São Luís, MA. Los datos se recopilaron mediante entrevistas semiestructuradas en la ciudad de São Luís, MA, con cuatro participantes sordos vinculados formalmente a instituciones federales y privadas, en las siguientes instituciones públicas federales: la Universidad Federal de Maranhão (UFMA) y el Instituto Nacional de Seguridad Social (INSS), y dos empresas privadas del sector minorista. Los resultados mostraron que la educación influye significativamente en la inclusión de las personas sordas en el mercado laboral en São Luís. Por lo tanto, el acceso a la educación superior es un paso importante para optar a empleos en el sector público con mejores salarios, mientras que un proceso interrumpido en la secundaria puede llevar a trabajos más agotadores en empresas privadas que contratan a personas sordas sólo para cumplir con la ley de cupos.
Palabras clave: Personas sordas; educación; trabajo; inclusión laboral.

1. Introdução

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

Tem-se observado, atualmente, conforme Toscano (2010), uma conscientização mais significativa no que se refere à educação como um elemento de desenvolvimento e progresso às sociedades em geral. Isto é, as sociabilidades têm desenvolvido relações de poder substanciais, sobretudo, no contexto das posições sociais, ponto este no qual a educação é fator preponderante.

Nesse cenário, inserem-se os espaços institucionais da educação formal, que, ao longo da história, têm contribuído para a formação cidadã. Compreende-se, portanto, que a função desses ambientes, entre outras coisas, é socializar o saber sistematizado, para exercer a cidadania e, consequentemente, o trabalho.

A educação é um dos princípios de organização social, de cidadania, bem como um elemento que supera condições de atraso e cria condições para aproveitar novas possibilidades, conforme pontua Toscano (2010). No que tange ao mercado de trabalho, este é um instrumento de promoção da dignidade humana.

Nesse contexto, a Constituição Federal prevê, entre outros, o direito ao acesso educacional de pessoas com deficiência (Brasil, 2020), assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996); a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, entre outros. Aspecto este que traz a reflexão sobre como a educação se apresenta enquanto fator preponderante para a inserção de todo e qualquer cidadão, no mercado de trabalho formal.

No cenário da surdez, a inclusão vem sendo construída por meio de um percurso marcado por árduas batalhas, perpassando por épocas nas quais nem seres humanos os surdos eram considerados, por apresentarem limitações ou ausência de língua oral, conforme Honora (2014).

Em se tratando da educação de surdos no Maranhão, antes das leis que preconizam a inclusão, o que se percebia eram salas de aulas com alunos inseridos no ambiente sem qualquer atenção, para que estes alcançassem êxito no processo educativo, como bem pontua Silva (2021). A matrícula de estudantes surdos em classes regulares, segundo destaca Dias (2018), foi realizada somente em 1998, no 6º ano na escola que até então era conhecida como Centro de Ensino

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

Governador Edison Lobão (CEGEL), atualmente Centro de Ensino João Francisco Lisboa (CEJOL). Havia, então, um momento em que as professoras que atuavam em classes especiais precisaram ir às escolas comuns para fazer a interpretação, haja vista que o cenário de educação de surdos tomava novos rumos e ainda estava sendo organizado, com poucos profissionais disponíveis.

Para que, de fato, a educação de surdos pudesse ser respeitada uma das grandes conquistas influenciadoras foi primeiro a legitimação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10. 436/2002, que a oficializou como a língua da comunidade surda do Brasil (Brasil, 2002). Posteriormente, em 2005, o Decreto 5.626/2005 passou a determinar diversos direitos e acesso dessas pessoas em todos os setores sociais, sobretudo na escola (Brasil, 2005).

Sendo assim, com esse avanço de garantias e a expressiva presença de pessoas surdas nos espaços escolares, a sociedade passa a contar com a atuação desses atores em diversos âmbitos, sejam eles educacionais, culturais e laborais, logo, questiona-se: em que medida o processo de educação é um aspecto influenciador na inclusão do surdo no mercado de trabalho formal em São Luís do Maranhão?

Em busca de respostas e entendendo que todo e qualquer cidadão deve estar inserido no mercado de trabalho, haja vista ser um princípio fundamental no tocante à dignidade da pessoa humana, traçou-se como objetivo compreender a proporção de influência do processo educacional sobre a inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho na cidade de São Luís, Maranhão.

Nessa acepção, torna-se essencial compreender que inclusão não é apenas permitir que o aluno surdo ocupe uma cadeira no espaço físico da escola, mas que este estudante possa ter acesso a um processo educativo eficaz para tornar-se um cidadão autônomo, que lhe permita exercer papéis sociais, entre este, o profissional, a fim de desenvolver funções variadas, conforme destaca Aroucha (2012).

Para Lemos e Chahini (2022), a participação ativa no mercado de trabalho ajuda a reduzir estigmas e preconceitos associados às pessoas com deficiência. Ao

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

demonstrar suas habilidades e contribuições, esses profissionais quebram estereótipos e promovem uma compreensão mais ampla de suas capacidades.

2. Revisão de literatura

A Educação Especial, em sua definição pode ser entendida como uma modalidade educacional que objetiva atender pessoas com deficiência, ou seja, os que estão à margem da sociedade ou que integram grupos culturalmente e historicamente com direitos negados, de acordo com Chahini (2016). Aproximando-se a essas colocações Mantoan (2013) apresenta a inclusão como uma inovação nesse cenário da Educação Especial, ou seja, para esta autora trata-se de uma modalidade de educação fundamental.

Todavia, sua exequibilidade é possibilitada pela inclusão que está no sentido de reestruturação das condições atuais, de escolas, de metodologias, da prática docente, entre outras, dentro do sistema educacional. Pois as fragilidades existentes no processo educacional dos atores sociais com deficiência dentro das instituições de ensino são resultantes da forma como é ministrado. Para Mantoan (2013) a inclusão é uma provocação que objetiva aprimorar o processo educacional, sendo assim, pressupõe adequações das instituições e dos agentes envolvidos nesse processo.

Assertiva esta corroborada por Sassaki (2005, p. 21) ao explicar que educação inclusiva é um processo realizado em escolas ou instituições assim preparadas para oportunizar ensino de qualidade a todo o público, ainda que possuam especificidades e necessidades diferentes. Desse modo, percebe-se que não é somente inserir, mas propiciar educação de qualidade. O autor contempla ainda: “portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluíam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas”.

Sassaki (2005) chama à reflexão discorrendo que na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não tivessem suas singularidades inerentes à deficiência. Pensa-se com isso, que a Educação

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

Especial/Inclusiva é, sobretudo, uma ação que permite acesso, com qualidade, e não apenas acessibilidade aos espaços físicos das escolas. A inclusão, nessa perspectiva, não seria apenas ter um aluno, um número pertencente a uma cota no quadro da escola/universidade, mas dispor de recursos que os façam construir uma trajetória educacional com qualidade e efetiva. Sob este aspecto Mantoan (2013) acrescenta:

> A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (Mantoan, 2013, p. 19).

Trabalhar na perspectiva inclusiva significa respeitar os diferentes saberes e, como ressalta Mantoan, (2013), educar para a inclusão consiste em rever paradigmas e quebrar preconceitos, sendo necessária uma mudança no modelo educacional. E isto direciona para o que se entende hoje como educação inclusiva, ou Educação Especial/Inclusiva, pois diz respeito a uma perspectiva, a um movimento que está para além do que narram os dispositivos legais, pois se configura no fazer/acontecer.

Um ponto discutido por Sassaki (2005) que discorre sobre a dimensão atitudinal, isto é, a atitude das pessoas que removem as barreiras. A título de exemplo uma pessoa em cadeiras de rodas é acolhida legalmente pelas leis, através da inclusão arquitetônica, as rampas, nesse caso. Mas ao visitar um restaurante em que não haja essa acessibilidade arquitetônica, estará privada de acessá-lo, a menos que, alguém sentindo-se à vontade se aproxima e ajuda a locomover a pessoa na cadeira de rodas, materializando assim o que este autor chama de inclusão atitudinal.

Mais recentemente os estudos de Chahini (2016) também tem debatido a importância dessa dimensão atitudinal como formas de inclusão das pessoas com deficiência, que evidencia a atitude, a força, inclusive mais individual do “incluir”. Para a autora, não basta criar as medidas que viabilizem o estudante adentrar o espaço da sala de aula, mas é necessário remover as barreiras que impedem o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

desenvolvimento desses atores sociais e isso deve ser possibilitado, principalmente por atitudes sociais favoráveis à inclusão.

Debatendo ainda a mesma questão, Chahini (2005, p. 54-55) demarca que "as barreiras atitudinais são mais difíceis de serem removidas do que as arquitetônicas, até por serem subjetivas e dependerem exclusivamente da conscientização, aliada à sensibilização da sociedade como um todo". E esse bom senso estende-se às salas de aulas como fundamentais partindo de professores, gestores e demais atores que se inserem na esfera educacional nas quais tenham estudantes com deficiência.

Essa concepção de inclusão atitudinal no cenário da surdez vem sendo construída através de um percurso marcados por árduas batalhas, perpassando por épocas nas quais nem seres humanos os surdos eram considerados, por apresentarem limitações ou ausência de língua oral, conforme Honora (2014). O percurso de educação dos surdos tem sua origem ainda no século XVI quando monges europeus eram incumbidos de educar filhos surdos de famílias nobres da época, uma vez que só assim poderiam receber herança, aprendendo a falar.

Strobel (2009) também confirma a assertiva e traça uma linha temporal da história das pessoas surdas que para melhor visualizar, sintetizou-se no quadro 1. Todavia, antes é pertinente destacar que será utilizado a terminologia "surdo" nesta pesquisa e não "deficiente auditivo", pois segundo destacam as literaturas da área (Skliar, 2016; Sá, 2016) trata-se de um termo legitimado pela comunidade surda, não sendo, portanto, terminologia pejorativa e se constitui aspecto identitário da comunidade surda.

Para melhor contextualizar é imprescindível compreender que na perspectiva biológica diz-se que o surdo é aquele que possui perda auditiva severa ou profunda e se comunica pela língua de sinais, já a deficiência auditiva é quando possui uma perda auditiva leve ou moderada e se comunica pela língua oral, de acordo com Honora (2014). Todavia, é preciso demarcar que muitos especialistas e estudiosos da área têm colocações diversas e cada pessoa surda escolhe como se identifica com o termo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

Desse modo, numa perspectiva mais social e subjetiva, Perlin (2016) discorre que o termo surdo se trata de um elemento de identidade, o modo como se veem e se identificam na comunidade. A palavra, não soa como uma ofensa, pois é como a pessoa com surdez se identifica e se relaciona em comunidade com seus pares, sobretudo, quando fazem o uso da língua sinalizada.

Sendo assim, se tratando de terminologias adequadas o importante é atentar-se para não utilizar algumas desatualizadas e equivocadas, tais como: surdo-mudo, mudinho, portador de deficiência, surdinho. O contexto da surdez, assim como as demais comunidades minoritárias e ou com especificidades em seus modos de viver possuem uma riqueza de valores e diferentes formas de conviver em sociedade.

Nessa direção, Honora (2014) dispõe:

> Para algumas pessoas ouvintes, a falta de audição determina uma perda, uma desvantagem. E para estas pessoas, ser ouvintes é melhor do que ser surdo. Um dos exemplos que podemos citar é quando encontramos uma mulher que está grávida e perguntamos: "você prefere que seu bebê seja menino ou menina?", e escutamos a resposta: "espero que venha com saúde". Para as pessoas surdas, a ausência ou diminuição deste sentido representa uma identidade, uma maneira de se relacionar com as outras pessoas, ou seja, determinam maneiras diferentes de encarar a vida, e não uma diminuição, uma desvantagem perante pessoas ouvintes, é apenas uma maneira diferente de viver, nem melhor, nem pior, apenas diferente (Honora, 2014, p. 81).

E, é nesse sentido que se tratará, no percurso deste texto, utilizando a terminologia surdo/surda, para se referir a esta comunidade que utiliza língua sinalizada, reconhecida no país, pertencentes a uma cultura que os emponderam, reverberando em seus modos de viver.

Tabela 1: Percurso da educação de surdos entre os séculos XVI e XX

ÉPOCA E ANO	CONTEXTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Idade Antiga 476 d.C,	Em Roma acreditavam que os surdos eram pessoas castigados ou enfeitiçadas. Assim, resolviam a situação abandonando-os e matando-os; Na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e era um incômodo para a sociedade, por isto eram condenados à morte; No Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles comunicavam em segredo com os deuses, todavia, os surdos tinham vida inativa e não eram educados.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

Idade Média 476 - 1453	Nessa época não eram tratados com respeito e eram queimados em fogueiras, pois eram tidos como estranhos e objetos de curiosidades da sociedade. Não eram educados. Mas a partir de 530, para fins de estudos começaram a ser entregues aos monges beneditinos, na Itália, para serem educados, mas somente surdos de famílias nobres.
Idade moderna 1453 – 1789	Inicia-se a educação de surdos, pelo médico Girolamo Cardano (1501-1576) que, a partir de suas pesquisas, reconheceu a habilidade do surdo para a razão e defendia que a surdez e mudez não eram impedimentos para desenvolver a aprendizagem; Nessa mesma época o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos.
Idade contemporânea 1789	Outra figura importante na educação de surdos foi o abade Charles Michel de L'Epée (1712-1789) que educava surdos em sua própria casa. Ele fundou a primeira escola pública para os surdos "Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris" e treinou inúmeros professores para surdos.
Idade contemporânea 1855	Eduardo Huet, professor surdo francês chega ao Brasil por intermédio do imperador D.Pedro II, com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas.
Idade contemporânea 1857	Foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Época da origem da Língua Brasileira de Sinais (Libras).
Idade contemporânea 1864	Foi fundado a primeira universidade nacional para surdos Universidade Gallaudet em Washington – Estados Unidos.
Idade contemporânea 1960	Willian Stokoe inicia estudos sobre as línguas de sinais, e constata que a Língua de sinais Americana (ASL) é uma língua com todas as características da língua oral.

Fonte: Adaptação da autora com base em Strobel (2009).

É válido ressaltar que a síntese exposta no quadro 1 traça uma linha temporal das principais conquistas e fatos que permearam a inserção de surdos aos processos educativos, nem sempre amistosos. Honora (2014) discorre que para conquistar um espaço na sociedade muitos surdos foram privados de usarem sua comunicação sinalizada, foram expostos às práticas de sofrimentos durante processos escolares entre muitos outros momentos de lutas e exclusões.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

No tocante à Educação Especial no Maranhão, segundo Chahini (2016), o início de deu por volta de 1962 com a criação de uma sala de atendimento a alunos com deficiência intelectual e auditiva, Escola conceição de Maria, de rede privada de ensino maranhense. A autora segue discorrendo que em 1964 uma classe para pessoas com deficiência visual na escola São Judas Tadeu também foi criada, iniciativa da professora Maria da Glória Costa Silva, que hoje trata-se da Escola de Cegos do Maranhão, uma entidade não governamental. E somente a partir de 1967 que o poder público demonstrou interesse pela questão, como detalhou-se no quadro 2, a seguir:

Tabela 2: Síntese do percurso da Educação Especial no Maranhão do século XX ao século XXI

ANO E ESPECIFICIDADE	CONQUISTAS
1967 – Deficiência visual	Implantação da Escola Rural em Pio XII
1969 – Excepcionais	Criado o projeto de educação dos excepcionais.
1971 – Deficiência intelectual	O projeto de educação dos excepcionais se estende para pessoas com deficiência intelectual, criando-se classes especiais na rede regular de ensino.
1977 – Deficiência intelectual	O atendimento desses alunos passa a ser usado nos municípios de Bacabal, Pedreiras, Caxias, Pinheiro e Codó.
1978 – Educação de Excepcionais	O programa de atendimento aos alunos com deficiência intelectual passa a ser chamado de "Educação de Excepcionais pelo Decreto nº 6. 838/78.
1982 - Deficiência intelectual e múltipla	Cria-se o Centro de Ensino Especial Helena Antipoff para pessoas a partir de 14 anos de idade.
1996 – Deficiência intelectual, auditiva, múltiplas e condutas típicas (autistas e psicóticas)	Criação do Centro Integrado de Educação Especial Padre João Mohana.
2001 – Deficiência visual	Criação do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com deficiência visual, Professora Anna Maria Patello Saldanha. (CAP), pelo Decreto nº 17.927/2001.
2003 – Deficiência auditiva	Fundação do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). Pelo Decreto nº 20.348/2004.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

2006 -Altas Habilidades e Superdotação	Fundação do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Super Dotação (NAAH/S), Joaozinho Trinta

Fonte: Adaptação da autora com base em Chahini (2016).

Em se tratando da educação de surdos no Maranhão antes de leis preconizando a inclusão, o que se percebia era salas de aulas com alunos inseridos no ambiente institucional, mas sem atenção para que alcançassem êxito no processo educativo, como bem pontua Silva (2021). A matrícula de estudantes surdos em classes regulares, segundo destaca Dias (2018), foi realizada somente em 1998, no 6º ano na escola que até então era conhecida como Centro de Ensino Governador Edison Lobão (CEGEL), atualmente Centro de Ensino João Francisco Lisboa (CEJOL), um momento no qual as professoras que atuavam em classes especiais precisaram ir às escolas comuns para interpretar.

Por muito tempo o CEGEL foi conhecido como a escola na qual estudavam surdos, segundo Silva (2021), sendo uma referência no estado do Maranhão, obviamente que ainda era muito pouco, perto do que realmente precisava se delinear na educação de surdos. Outro ponto colocado pela autora é o fato de que por muitos anos a educação foi feita em espaços não formais de ensino, como por exemplo igrejas, centros de apoio e associações.

Para que, de fato a educação de surdos pudesse ser respeitada uma das grandes conquistas influenciadoras foi a legitimação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10. 436/2002, que a oficializou como a língua da comunidade surda do Brasil. Posterior em 2005, o Decreto 5.626/2005 passou a determinar diversos direitos e acesso destas pessoas em todos os setores sociais, sobretudo na escola (Brasil, 2005).

Entre outras coisas, no tocante à educação, o dispositivo legal narra sobre a importância da Libras, da formação de professores e da disciplina no componente curricular das instituições de ensino:

> A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

> [...] § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005, Art. 3º).

Em outro trecho o Dispositivo trata diretamente como deve ser organizado as instituições para acolhimento dos estudantes surdos. As orientações do decreto norteiam a educação de surdos e tem preconizado que as instituições competentes garantam a possibilidade, conforme o excerto, de estes alunos adquirirem conhecimentos satisfatórios que fortaleçam suas aprendizagens e os tornem cidadãos mais autônomos. Nos artigos 23º e 24º, respectivamente, exige que tenham intermediação linguísticas pelos profissionais tradutores-intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, pois como bem pontua Falcão (2015) a limitação linguística é o que mais dificulta a educação de surdos. Orienta ainda que haja possibilidade de comunicação ainda em cursos de modalidade online, à distância, através de legenda.

Observando o citado dispositivo as expectativas são as melhores, um decreto muito bem pensado e estruturado, todavia, a lei ainda não garante aquilo que expressa em palavras. Segundo Falcão (2015) ainda existe muita superficialidade nesse contexto, professores que brincam de ensinar, alunos que são trocados de um nível a outro sem estarem preparados, ausência de metodologias, de recursos, entre outros.

Aqui no estado do Maranhão segundo descrevem Costa, Ferreira e Lima Neto (2018) as fragilidades na educação de surdos são evidentes ao tentarem, por exemplo, adentrar na Educação Superior. Os autores realizaram uma pesquisa que constatou uma educação básica fragilizada e que reverbera em inacessibilidade ao Ensino Superior, em especial nas instituições públicas do Maranhão.

Ainda sobre essas fragilidades na educação de surdos, no estado do Maranhão, Silva (2021) inferiu em uma de suas pesquisas que esses estudantes estão apenas sendo integrados à sala de aula, ou seja, são um número que objetiva cumprir a lei, assim são inseridos nas classes comuns sem o suporte necessário para potencializar os processos de ensino e de aprendizagem.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

Silva (2021) contempla ainda que por mais que haja um docente com a tentativa de incluir o aluno surdo, sozinho ele não conseguirá, é um trabalho amplo e coletivo. Gestão, recursos, formação, profissionais de apoio, é assim que poderá ser possibilitado a inclusão, de fato.

3 Metodologia

No que diz respeito ao percurso metodológico deste trabalho, foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico que orientou a base teórica deste estudo. Num segundo momento, foi realizado uma pesquisa de campo que investigou surdos atuantes profissionalmente em esferas públicas e privadas.

Os órgãos públicos federais escolhidos foram a Universidade Federal do Maranhão, Campus Dom Delgado na cidade de São Luís, Maranhão e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), localizado na mesma cidade. E os outros *lócus* de investigação foram redes privadas da categoria de comércio varejista. Sendo a primeira uma rede supermercado e uma loja de comércio a varejo de roupas e calçados, também com localizações na cidade de São Luís, Maranhão.

Os participantes da pesquisa foram: um funcionário surdo concursado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), um funcionário surdo também concursado do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Participaram ainda, dois funcionários surdos em esferas privadas. Um de uma rede de supermercados e outro de uma loja de roupas e calçados a varejo, na cidade de São Luís, Maranhão.

Como critério de inclusão escolheu-se os funcionários surdos titulares de documentação que legitimem vínculo empregatício, ou seja, a carteira de trabalho assinada ou a nomeação do concurso público, e que estivessem em trabalhos formais com, pelos menos, seis meses de atuação. Como critério de exclusão tem-se os surdos atuando em trabalhos não formais ou que estivessem afastados de suas funções por licenças ou férias.

Escolheu-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com horários combinados, realizadas individualmente, em dias

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

diferentes, a fim de que nenhum dos participantes fosse prejudicado em seus ambientes laborais. Considerando que os entrevistados são surdos, foi necessário contar com a presença de um profissional tradutor-intérprete de Libras, para intermediar a comunicação entre entrevistados e pesquisadora.

Assim, a entrevista ocorreu em Libras, com gravação de áudio, pois, tanto as perguntas enunciadas pela pesquisadora, quanto a resposta dos surdos, sinalizadas, eram traduzidas de forma oral pelo tradutor-intérprete de Libras. A coleta de dados foi iniciada logo após a autorização do Comitê de Ética - CEP/CONEP/UFMA (Parecer Consubstanciado nº 6.125.465). Nesse sentido, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando suas participações na pesquisa.

Optou-se por abordagem qualitativa que, segundo Marconi e Lakatos (2017), propicia uma interpretação que se aproxime dos atores investigados, descrevendo a complexidade das atitudes e comportamentos humanos. Ainda no que concerne à metodologia do trabalho, configura-se por objetivos exploratórios que permitem ao investigador aumentar sua experiência, diante de determinado problema, sendo essenciais, para levantar possibilidades, acerca das pessoas investigadas ou objeto do estudo, conforme Gil (2010).

No tocante às análises, foram realizadas confrontando os dados coletados com o artefato teórico utilizado na construção do trabalho, a saber, as teorias que versam sobre Educação Especial/Inclusiva, mercado de trabalho e as aplicações dos dispositivos legais em cenário brasileiro. Para fins de organização das análises, nessa etapa da pesquisa as tabulações foram feitas a partir de *softwares* do pacote Office (Word e Excel) do Windows 11.

4. Resultados e Discussão

Os resultados e análise dos dados se encontram divididos em dois grupos: a) funcionário surdo concursado na esfera pública federal; b) funcionário surdo do setor privado.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

4.1 A inclusão laboral na perspectiva dos funcionários surdos concursados

Os surdos entrevistados nesta categoria são, ao longo da discussão, chamados de SURDO UFMA, SURDO INSS, a fim de preservar nomes e identidade dos participantes. Na tabela 3, a seguir, destacou-se as principais informações sobre as áreas em que atuam:

Tabela 3: Informação dos surdos concursados em esfera federal

SURDO UFMA	SURDO INSS
Idade: 51 anos	**Idade:** 53 anos
Formação: PHD em Direito, Mestrado em Políticas Públicas e graduação em Letras e Direito.	**Formação:** Ciências Contábeis
Ocupação: Secretária Executiva	**Ocupação:** Analista de Seguro Social
Tempo de serviço: 15 anos	**Tempo de serviço:** 11 anos

Fonte: Criação da autora em outubro de 2023.

Por se tratar de uma pesquisa que busca entender a relação da educação com o trabalho, foi relevante saber quais foram os requisitos exigidos pela instituição para o preenchimento das vagas dos cargos que ocupam e a exigência mínima de escolaridade. Os entrevistados responderam:

> SURDO UFMA: O concurso pediu a formação em Letras ou Direito.
>
> SURDO INSS: O edital pediu na época formação de bacharelado para disputar o nível superior.

Confirmando a colocação de Skliar (2016) quando expressa que o surdo não necessita ser reabilitado, pois a surdez não é sinônimo de incapacidade, mas que precisam sim de educação com qualidade, os surdos entrevistados evidenciaram que, para seus respectivos cargos o Ensino Superior foi determinante. Buscando entender mais sobre suas áreas, perguntou-se sobre o cargo e nível de escolaridade, obtendo-se:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

> SURDO UFMA: Secretária Executiva. Tenho Ensino Superior, Letras e Direito. Sou Mestra em Políticas Públicas e PHD em Direito
>
> SURDO INSS: Analista de seguro social. Tenho Ensino Superior.

Como observado, os surdos em esferas públicas federais possuem nível de Ensino Superior e um deles apresenta formações em Pós-Graduações *stricto sensu* com níveis bem elevados, demonstrando a capacidade das pessoas surdas em construir uma carreira acadêmica e profissional. Aspecto este debatido por Falcão (2015) ao mencionar a educação de surdos como um "ponto de esperança" para mais autonomia social.

Mesmo a pesquisa tendo durado dois anos[1] e, nesse tempo, a inquietante sensação de não encontrar surdos no mercado de trabalho formal, em nível federal, em São Luís, esse momento frente a frente com uma pessoa que buscou estudar, aproveitando as poucas oportunidades oferecidas, emergiu uma sensação de que a toda a luta por direitos, nesse cenário, é válida e precisa ser debatida mais.

A pergunta seguinte quis saber se, na percepção deles, o nível educacional do surdo é um fator influenciador na função profissional desempenhada e por quê. Suas respostas destacaram:

> SURDO UFMA: Muito importante. Porque independente de trabalho, nós precisamos estudar. Está sempre em desenvolvimento, para ter uma comunicação efetiva
>
> SURDO INSS: Se não fosse meus estudos não teria tudo o que tenho hoje. Cresci achando que não seria capaz de dirigir. Hoje tenho carro e sei que estudar foi uma escolha certa.

O SURDO UFMA relacionou os estudos à comunicação, ponto este muito debatido na Libras (Skliar, 2016; Perlin, 2016), considerando que a língua sinalizada brasileira não possui, oficialmente, uma escrita, logo, a comunicação com os ouvintes, tendo em vista que a sociedade, em sua maioria, não fala Libras, acontece por conversas escritas em Língua Portuguesa.

[1] Esta pesquisa de campo foi realizada durante o mestrado de uma das pesquisadoras e autoras do artigo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

O SURDO INSS relatou sua angústia em achar que nunca iria dirigir ou conquistar os bens materiais que possui atualmente, concepção esta ocasionada pelas muitas dificuldades que uma pessoa surda enfrenta em sociedade desde o processo escolar, segundo reflete Falcão (2015). Este autor menciona que há, em vários níveis e etapas escolares, superficialidades na educação de surdos e, isto, reverbera em fragilidades com a escrita, leitura, comunicação e relacionada ao acesso a um bom emprego.

Considerando, pois, que os dois entrevistados não fazem parte de uma regra, mas uma exceção, ou seja, possuem nível de escolaridade superior, enquanto muitos outros surdos em São Luís, não completam o ensino médio (Costa, Ferreira e Lima Neto, 2018); e que, em decorrência disto, posicionam-se em cargos públicos, pensou-se na permanência destes com qualidade nesses espaços. Assim, foi perguntado se na instituição em que trabalham há algum tipo de formação continuada e/ou treinamento aos funcionários surdos, e se sim, quais seriam e como ocorrem. Os entrevistados responderam:

> SURDO UFMA: Não, não temos. Eu tenho que me destacar no meu ambiente de trabalho porque eu sou surda. Eu percebo que algumas pessoas têm um olhar diferenciado sobre mim, por acharem que sou surda eu não tenho uma desenvoltura muito boa, mas eu tento sempre me destacar no trabalho. Eu procuro outras formações para me desenvolver, por exemplo, o mestrado e o doutorado que eu fiz. Por eu ser surda tive minhas dificuldades, mas eu busquei.
>
> SURDO INSS: Aqui no INSS não existe treinamentos ou cursos. Como ainda consigo fazer a leitura de lábios e uso aparelho, consigo ainda, desempenhar minhas funções. Os treinamentos sobre sistema são todos disponibilizados pelo departamento aos servidores em geral.

O SURDO UFMA evidenciou uma questão muito importante: dedicar-se mais por ter uma deficiência. Nessa direção, Chahini e Resende (2019) expressam que as pessoas com deficiência além de romperem barreiras para acessar uma boa educação, um bom emprego, precisam rompê-las para permanecer no mundo do trabalho competitivo, assertiva esta ratificada no trecho em que a resposta expõe: "*Eu percebo que algumas pessoas têm um olhar diferenciado sobre mim, por acharem que sou surda eu não tenho uma desenvoltura muito boa, mas eu tento sempre me destacar no trabalho".* As

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

barreiras atitudinais ainda precisam ser quebradas em muitos ambientes ditos inclusivos (Chahini, 2023; Sassaki, 2009).

Sobre as formações e ou treinamentos, o SURDO INSS também respondeu não existir em sua instituição e acrescentou que por conseguir fazer leitura labial desempenhava suas funções adequadamente, transmitindo em sua fala, uma ratificação de que possui capacidades mesmo sem os treinamentos. Nesse ponto, demarca-se que não se questiona a competência, mas chama-se à reflexão para importância de propiciar meios para que a pessoa com deficiência desenvolva suas atividades, conforme preconiza a LBI (Brasil, 2015).

Fez-se, portanto, pertinente saber se estavam satisfeitos com as funções que desempenham em seus cargos e com o salário, obtendo-se como resposta:

> SURDO UFMA: Meu salário é muito bom, mas eu queria, futuramente passar em outro concurso, dentro da área da justiça. Estou estudando para isso.
>
> SURDO INSS: Muito. Gosto do que faço. Estou há anos e me sinto bem. Consigo levar uma vida boa com minha família. Antes eu morava com minha mãe. Hoje tenho esposa e filhos.

As respostas dos dois surdos harmonizam com Frigotto (2015) quando dispõe a importância em entender que as instituições educacionais se constituem elementos fundamentais na instrumentalização dos indivíduos, para exercício dos direitos e deveres e que na atualidade observa-se uma relação direta desta com o mercado de trabalho. Observar a satisfação dos entrevistados com seus salários, evidencia que a educação se configura em um ato de democratização de saberes, historicamente construído, pela humanidade, de modo qualitativo e, principalmente, inclusivo.

Ponto este ratificado pelos surdos na pergunta que buscou compreender se na percepção deles, existe uma relação direta com o nível de escolaridade e a função desenvolvida no departamento e por quê:

> SURDO UFMA: É extremamente importante o estudo. Eu acredito que passar em um concurso sem estudar não é possível. Como fazer um concurso sem estudar? Não existe essa perspectiva. Há dificuldade em passar nas provas. Eu necessito estudar. Se os ouvintes precisam estudar, eu também preciso como surda. Estou em um contínuo estudo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

> SURDO INSS: Não tenho dúvida. É muito difícil ser surdo. Pessoas não compreendem, não compreendemos as pessoas. Não temos muitas chances. Essa é a alternativa de atuar seja no setor público e privado com um salário digno.

As narrativas dos entrevistados evidenciam a relação direta da educação e do mercado de trabalho. Os surdos sabem de suas dificuldades, limitações e são cientes que ocupam um cargo que os permitem uma vida financeira mais tranquila. O funcionalismo público no Brasil constitui-se, uma posição de segurança, de melhor qualidade de vida e para alcançá-lo o estudo é determinante.

Foi perguntado ainda se no departamento havia surdos com níveis de escolaridade maiores e se estavam em cargos mais elevados, mas ambos responderam que não havia. Ainda nessa busca de compreender a relação educação/trabalho, pediu-se que falassem qual é a relevância do nível de escolaridade sobre a inclusão do surdo no mercado de trabalho formal. Os participantes relataram:

> SURDO UFMA: É importante estudar para o mercado de trabalho para se ter um bom salário. Às vezes eu pergunto para os filhos: "você quer ter trabalhos mais braçais"? eu falo, incentivo, explico como é importante os estudos.
>
> SURDO INSS: Todo surdo precisa estudar. Não disputamos iguais em nada. Nem na escola, em lugar nenhum. Se não estudar não alcança um bom emprego.

Todos demonstram acreditar que estes dois elementos se relacionam. O ponto crucial aqui está no fato de que os surdos sabem sobre a influência da educação sobre o mercado de trabalho, mas não conseguem acessá-lo. Confirmando essa colocação, uma pesquisa realizada em São Luís-MA por Costa, Ferreira e Lima Neto (2018) apontou que um grupo significativo de surdos têm tentado adentrar o Ensino Superior, na busca de melhores condições de vida, mas esbarram no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em decorrência do fragilizado processo de ensino e aprendizagem da educação básica, que não os proporcionam conhecimentos suficientes para passar na prova do ENEM e adentrar uma universidade pública.

Os entraves da escolarização precária, as barreiras comunicativas, atitudinais, entre outras, são ainda problemas bem evidentes e que precisam ser

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

repensados no campo da inclusão de pessoas surdas. Conforme Falcão (2015) há uma pseudo-inclusão que bloqueia as possibilidades de uma sociedade mais igualitária e equitativa.

No cenário da surdez, a comunicação é um fenômeno complexo que limita a interação, pois de um lado estão, ouvintes que não sabem Libras e de outro, surdos que não possuem habilidades suficientes de escrita e leitura. Esse fato, pode bloquear o desenvolvimento das tarefas ou mascarar a capacidades desses atores sociais no ambiente laboral. Por isso, foi relevante saber como ocorre a interação na instituição que atuam com as chefias e os demais funcionários. Prontamente responderam:

> SURDO UFMA: Eu me comunico. Escrevo, oralizo, tento me comunicar. Minha relação é muito boa com minha chefe. Principalmente eu escrevo e mostro a ela. Às vezes no celular mesmo, é fácil.
>
> SURDO INSS: Escrevo, consigo fazer a leitura labial também.

A escrita foi destacada como uma alternativa para a interação no trabalho. Além disso, relataram utilizar leitura labial e oralização, mas não se percebeu, em momento nenhum, mencionarem que as chefias ou algum colega utilizaram, ou pelo menos, tentaram usar a Libras. Desse modo, Foi importante saber se há, na instituição alguma política de inclusão e, se sim, como ocorre sua operacionalização. Mas os dois responderam não haver.

Sob este aspecto, chama-se atenção para a relevância em vislumbrar a pessoa surda em ambiente laboral para além de uma mercadoria que atende às exigências do Ministério do Trabalho, mas como colaborador produtivo, responsável e parte da instituição como todo e qualquer cidadão ali concursado.

4.2 A inclusão laboral na perspectiva dos funcionários surdos em esferas privadas

Os surdos entrevistados nesta categoria são, ao longo da discussão, chamados de SURDO SUPERMERCADO e SURDO LOJA. Na tabela 4, ilustrou-se as principais informações coletadas sobre a área em que atuam:

Tabela 4: Informação dos funcionários surdos em rede privada

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

SURDO SUPERMERCADO	**SURDO LOJA**
Idade: 35 anos	**Idade:** 29 anos
Formação: ensino médio	**Formação:** ensino médio
Ocupação: repositor	**Ocupação:** atendente de loja
Tempo de serviço: 3 anos	**Tempo de serviço:** 1 ano

Fonte: Criação da autora em outubro de 2023.

O fato de os surdos, na atualidade, terem além da língua oficializada, muitos direitos que os propiciam mais participação social, evidencia que as diversas lutas travadas apresentaram resultados. As conquistas no mercado de trabalho, como bem expressa Leme (2015) tem acontecido, mais ainda de forma tímida e burocrática. Sendo assim, perguntou-se sobre o processo de contratação nas redes privadas, se há exigência quanto à escolaridade e os requisitos exigidos. Os colaboradores responderam:

> SURDO SUPERMERCADO: Pediram um surdo. Acho que ensino médio.
>
> SURDO LOJA: O ensino médio. Precisava de um surdo então minha tia ajudou.

Como observa-se, o ensino médio foi citado pelos dois surdos que trabalham em rede privada e sobre as exigências, demonstraram saberem pouca coisa. No caso do SURDO LOJA, houve um auxílio de um familiar. Atitude muito comum nesse cenário, segundo aponta Aroucha (2012).

Um ponto interessante na fala do SURDO SUPERMERCADO foi a frase: “pediram um surdo”, como se fosse uma mercadoria, um cardápio. Priorizando como exigência relacionada à deficiência e não o nível de escolaridade.

No tocante ao cargo que ocupam, o SURDO SUPERMERCADO é repositor e o SURDO LOJA atendente, ambos com o nível de ensino médio. Ao responderem sobre como percebem a escolaridade numa relação com a função que desempenham, expressaram:

> SURDO SUPERMERCADO: Normal. Aqui precisa ter ensino médio e o currículo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

> SURDO LOJA: É importante. Estudei terceiro e aqui foi bom. Sem terceiro, talvez eu não trabalhar[2] aqui.

O acesso a um processo educacional de qualidade além de preparar para melhores oportunidades em sociedade, amplia o entendimento sobre direitos essenciais. Para Freire (2020) instiga a criticidade ao ponto de o homem querer ser mais do que lhe permite o mundo. A estagnação profissional, em um determinado departamento, loja ou qualquer setor laboral, impede o surdo de mostrar suas capacidades. Muitas vezes, como bem conta Leme (2015), há insegurança em oportunizar novas funções aos surdos por parte das chefias.

Para tanto, seria essencial a disponibilização de capacitação nas empresas. Logo, pensando nisso, foi perguntado se na empresa que trabalham há algum tipo de formação continuada e/ou treinamento aos funcionários surdos. E, se sim, quais são e como ocorrem. Ambos responderam que não há, apenas o treinamento em comum a todos os funcionários sobre a rotina da empresa.

Questionou-se se estavam satisfeitos com suas funções e salários. Responderam que:

> SURDO SUPERMERCADO: Gostaria de trabalhar no caixa. Cansativo sempre andando com mercadorias, sempre.
>
> SURDO LOJA: Sim. O trabalho é um salário. Aprendi rápido e consigo fazer tudo certo.

O SURDO SUPERMERCADO manifestou o desejo de estar em outro cargo, caixa no supermercado, pois, segundo conta, carregar as mercadorias é cansativo. A narrativa do jovem repositor harmoniza às proposições de Leme (2015) que critica atitudes atuais que posiciona o surdo como o colaborador que serve apenas para o trabalho que exige força física, em geral, exaustiva. A resposta do SURDO LOJA, apresenta uma perspectiva explicativa, que busca se mostrar como capaz, numa espécie de anseio em provar o quanto consegue fazer tudo que lhe propõe na empresa.

Tal atitude demonstra que pelas poucas oportunidades ofertadas, os surdos apegam-se os empregos mesmo com tarefas cansativas e carga horária exaustiva,

[2] Manteve-se a forma como responderam a entrevista, com verbos não flexionados e ausência de alguns conectivos, entre outros. Pois, a organização frasal nem sempre segue a norma padrão de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

reflexo de uma formação escolar sem qualidade e fragilizada. Nesse ponto foi perguntado se eles consideravam a existência de uma relação direta entre escolaridade e o cargo que estavam ocupando e por quê. O SURDO SUPERMERCADO apenas responde: “normal”. E o SURDO LOJA disse que sim, pois se ele não tivesse estudado, talvez não estivesse, sequer, naquele trabalho.

Pensa-se que, por não possuírem mais saberes escolares ou informações necessárias, vislumbram o emprego na rede privada como o ápice do que poderiam alcançar, todavia, reflete-se com base em Chahini (2023) que as possibilidades de atuação da pessoa com deficiência no campo laboral são inúmeras, desde que lhes sejam dadas as oportunidades.

Buscou-se também saber se na empresa há um funcionário surdo com maior escolaridade ocupando funções mais remuneradas. Os colaboradores responderam:

> SURDO SUPERMERCADO: Meu amigo é caixa. Estudou também ensino médio
>
> SURDO LOJA: Todos iguais colaboradores de loja.

Apenas o SURDO SUPERMERCADO respondeu que há em outro setor, mais elevado, no caixa, uma pessoa surda atuando. Como já demarcado incluir é permitir que outras responsabilidades, devidamente instruída, sejam propostas. Apenas admitir para cumprir metas, soa muito mais como uma obrigação, do que uma tentativa de transformar a sociedade mais equitativa.

Nessa direção, Falcão (2015, p. 423) tece uma reflexão relevante: em relação à pretensão profissional, expondo que, “[...] a maioria não possui perspectiva de ascensão na empresa porque não se percebem integrados, respeitados. [...] Muitos são apenas cognominados de PCD e isto eleva ainda mais a baixa autoestima deles na empresa”. Uma realidade inquietante, mas que vai sendo mostrada como real ao passo que a pesquisa foi sendo concluída.

Outro questionamento aplicado tentou compreender se eles considerável o nível de escolaridade um fator determinante sobre a inclusão do surdo no mercado de trabalho formal. Como resposta, obteve-se:

---

como é estruturada a Língua Portuguesa.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

> SURDO SUPERMERCADO: É preciso estudar. Muito importante sim. Antes eu já aposentadoria, mas só ficar em casa sempre, é ruim. Então gostei bastante de trabalho agora.
>
> SURDO LOJA: É muito difícil para o surdo disputar com ouvinte. Então, estudar é importante. O mercado de trabalho exige estudar. Já é bem complicado a falta de comunicação, sem estudar é mais difícil ainda

Os relatos para este questionamento mostram que o trabalho para estes atores sociais os mantêm ativos, sentindo-se úteis. O SURDO SUPERMERCADO inclusive conta que já recebia um auxílio governamental, mas ainda preferiu trabalhar, pois somente ficar em casa é ruim.

Sobre a interação na instituição que trabalham, foi perguntado como ocorre a comunicação entre funcionários surdos com os gestores e/ou chefias e com os demais funcionários. Os surdos responderam:

> SURDO SUPERMERCADO: Os ouvintes não sabem Libras, conversamos pouco, às vezes ensino, mas usam gestos quase sempre e escrita.
>
> SURDO LOJA: Às vezes esquecem e falam, ou ouvintes. Porque sempre tento falar Libras, mas eles não compreendem. Eu olho bem a expressão, tento saber o que querem. Mas amigos alguns querem aprender Libras. Chefe escreve.

Não muito diferente do que relataram os surdos na esfera federal, estes, na esfera privada, tentam se comunicar principalmente pela escrita. Sem que houvesse tanto esforço assim, por parte dos ouvintes para construir um diálogo com os colegas surdos. Sobre essa questão Falcão (2015) contempla que aprender Libras em um contexto profissional no qual haja surdos é uma condição singular de dignidade e acolhimento adequado.

Partindo, pois, destas colocações, buscou-se conhecer sobre as políticas de inclusão na empresa, se há e como ocorre essa operacionalização. Os colaboradores relataram:

> SURDO SUPERMERCADO: Sim. Tem departamento de psicóloga. E o alfabeto em Libras na loja, mas é tudo rápido. Nome é “setor de responsabilidade social”. Não sei muito bem como é.
>
> SURDO LOJA: Não conheço.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

O SURDO SUPERMERCADO mencionou um departamento de acolhimento na rede de supermercado que trabalha. Não explicou muito. Mas buscando conhecer, encontrou-se que além de algumas ações sociais, a inserção de pessoas com deficiência no quadro da empresa faz parte da missão. Citou o uso do alfabeto datilológico em Libras, exposto na empresa, fato este confirmado por Aroucha (2012) que também realizou uma pesquisa no mesmo local.

O amparo legal que permeia o cenário brasileiro, indiscutivelmente, fortalece a bandeira contra a discriminação, mas algumas acessibilidades só serão disponibilizadas a partir de uma conscientização mais individual, conforme Chahini (2023). As atitudes no dia a dia, com cada colaborador surdo, o interesse em aproximar-se de sua cultura, mesmo que seja, algumas palavras em Libras pode materializar a inclusão laboral.

5. Conclusão

O percurso desta pesquisa permitiu inferir que a educação possui forte influência para a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho. A escolaridade, desde a Educação Básica, Ensino Superior e a Educação Profissional, é um fator essencial para que haja inclusão social de pessoas surdas em esferas laborais.

A literatura estudada revelou muitas fragilidades na educação de surdos, adjetivada, muitas vezes, de superficial. Essa problemática precisa ser debatida visando políticas públicas que efetivem a educação de surdos, sobretudo, na aplicação do ordenamento jurídico, não apenas na elaboração destes.

A inclusão, a partir das percepções dos entrevistados, não se efetiva pela simples presença de pessoas surdas em uma instituição de ensino ou em uma empresa, ocupando um espaço, sendo um número da cota exigida, mas, sim, quando estas pessoas conseguem desempenhar funções independentes e de forma autônoma contribuir à sociedade.

No tocante à educação de surdos, a história apresenta práticas segregadoras e muita estigmatização no percurso da escolarização destes atores

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

sociais (Honora, 2014; Skliar 2016). No Brasil, um grande acontecimento marcou a comunidade surda, de forma muito positiva: o reconhecimento da Libras, enquanto forma de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil pela Lei n° 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto n° 5.626/2005.

Entretanto, o processo educacional de estudantes surdos tem sido tratado, de forma superficial, como se fosse apenas para alcançar metas. Mesmo com a Lei de cotas e mais recentemente a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), preconizando a inclusão educacional e laboral das pessoas com deficiência, ainda existe muitos entraves que podem ser percebidos, especialmente, pelos estudos direcionados às pessoas surdas, que possuem modalidade comunicacional diferenciada.

No que diz respeito ao objetivo geral deste trabalho que foi compreender a proporção de influência do processo educacional sobre a inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho na cidade de São Luís, Maranhão, inferiu-se que a educação influencia fortemente na inclusão do surdo no mercado de trabalho em São Luís, no Maranhão. O acesso ao Ensino Superior é um grande passo para pleitear vagas em cargos públicos, ou que lhes permitam ter estabilidade financeira, enquanto, um processo interrompido no ensino médio poderá permitir apenas empregos mais exaustivos em empresas privadas que contratam as pessoas surdas para cumprir o ordenamento jurídico brasileiro, nesse caso em tela, a lei de cotas.

Notou-se ainda que os surdos concursados, com nível de escolaridade de Ensino Superior, em esferas federais na cidade de São Luís, ainda representam um número inexpressivo. Pois, nos dois anos de pesquisa, e constantes visitas nos locais de investigação e nos departamentos responsáveis pelas atividades laborais, foi possível encontrar poucos surdos concursados. Até estão atuando em vários órgãos federais, mas em empresas terceirizadas no setor de serviços gerais. A presença marcante dos surdos pode ser notada em empresas privadas, principalmente, em redes de supermercados e lojas de modalidade à varejo, com formação escolar de ensino médio.

Como requisitos para pleitear vagas em instituições públicas, o que determina a formação são os editais dos concursos públicos. Em esfera privada é

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

exigido o ensino médio. Logo, percebeu-se que o nível de escolaridade/formação é determinante na inserção do mercado de trabalho. Sobre as percepções dos surdos acerca da relevância da educação para inclusão laboral, todos expressaram essa consciência, isto é, a educação e o trabalho têm uma relação direta.

Referências

AROUCHA, Maria José Rabelo. **Deficiência, escolarização e trabalho**: a pessoa comdeficiência auditiva no mercado de trabalho em São Luís. São Luís: Café & Lápis/Editora UEMA, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n° 10.436,de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. Atitudes excludentes em relação à inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho competitivo. **Caderno de Educación y Desarrolho**, [*S. l.*], v. 15, n. 10, p. 11531-11555, 2023. Disponível em: https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2031. Acesso em: 10 out. 2023.

CHAHINI, Thelma Helena Costa; RESENDE, Maria da Piedade Costa. O papel da Educação Superior no contexto da inclusão profissional de pessoas com deficiência. *In*: colóquio da afirse portugal, 25., 2018, Lisboa. **Atas** [...]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019. Disponível em: http://afirse.ie.ul.pt/coloquios/xxv-coloquio-2018/atas-2018/. Acesso em 17-03-2022.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação especial.** Curitiba: Appris, 2016.

COSTA, Josiane Coelho da; GUTERRES, Heridan de Jesus; LIMA NETO, Alexandre Moura. Surdez: a universidade fora do alcance das mãos. **Web-Revista Sociodialeto**, Dourado, v. 9, n. 25, p. 506-517, 2019.

DIAS, Walquíria Pereira da Silva. **Travessias e resistências**: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

FALCÃO, Luiz A. **Educação de surdos**: comportamentos, escolarização e o mercado de trabalho. Recife, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 228-248, 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729. Acesso em: 5 jun. 2022.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez**: concepção e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2014.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 15/01/2026 - **Accepted:** 28/01/2026
Vol: 01.03
DOI: 10.61164/50xbs810
Pages: 1-29

LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho:** discursos e contradições. Campinas: Autores Associados, 2015.

LEMOS, Joseane Costa; CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Inclusão Laboral de servidores com deficiência**. Curitiba: Appris, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O desafio das diferenças nas escolas.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 11 out. 2023.

SILVA, Maria do Socorro Gomes. **A inclusão do surdo em sala de aula**: um estudo do processo pedagógico no ensino médio da rede pública estadual do município de Pedreiras – Maranhão – Brasil. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Instituto Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2021. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37188. Acesso em: 13 nov. 2022.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STROBEL, Karin. **História de educação de surdos.** Florianópolis, 2009. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TmqvKVOr7ssJ:www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 10 ago. 2022.

TOSCANO, Moema. **Introdução à sociologia educacional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.